




QUESTÃO SOCIAL E DIRETRIZES CURRICULARES: A ÉTICA E DIREITOS HUMANOS COMO MEDIAÇÕES NECESSÁRIAS

The Social Question and Curriculum Guidelines: Ethics and Human Rights as Necessary Mediations

Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Ética, Direitos Humanos e Serviço Social


Adrianyce Angélica Silva de Sousa*

 <https://orcid.org/0000-0002-4092-3438>

Débora Rodrigues Santos**

 <https://orcid.org/0000-0002-3422-3136>

Maurílio Castro de Matos***

 <https://orcid.org/0000-0003-2425-9802>

Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso****

 <https://orcid.org/0000-0002-3524-7623>

Silvana Mara de Moraes dos Santos*****

 <https://orcid.org/0000-0003-3301-6992>

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. (UFF, Niterói, Brasil). R. Alexandre Moura, nº 8, São Domingos, Niterói (RJ), CEP.: 24210-200. E-mail: adrianyce@gmail.com.


**Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (UFRB, Cachoeira, Brasil). Rua Maestro Irineu Sacramento, s/nº, Centro, Cachoeira, Bahia, Cep.: 44.300-000. E-mail: debyrodrigues@gmail.com.

***Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). R. São Francisco Xavier, nº 524, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 20550-013. E-mail: mauriliomatos@gmail.com.

****Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo. (UNIFESP, Santos, Brasil). R. Silva Jardim, nº 136, Vila Matias, Santos (SP), CEP.: 11015-020. E-mail: pcardoso@unifesp.br.

*****Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (UFRN, Natal, Brasil). Av. Sen. Salgado Filho, nº 3000, Lagoa Nova, Natal (RN), CEP 59078-970. E-mail: silvana.mara.morais@ufrn.br.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p304-319

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021. **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

RESUMO

Este artigo é uma produção coletiva do Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) em Ética, Direitos Humanos e Serviço Social. Nosso objetivo é analisar como a ética e os direitos humanos têm se constituído mediações para assegurar a direção social das diretrizes curriculares na formação e na produção em Serviço Social. Realizamos uma reflexão acerca do atual momento histórico de Pandemia COVID-19, que escancara um caótico quadro social determinado pelas relações sociais capitalistas, racistas e cisheteropatriarcais, agravadas pela vigência da extrema direita ultraneoliberal no governo federal do Brasil e no mundo. Apresentamos os impactos desse processo para a formação profissional, apontando os desafios presentes à perspectiva ético-política que direciona esta formação. Por fim, sistematizamos elementos acerca da produção no campo da ética e direitos humanos, a partir dos relatórios do GTP buscando dar ferramentas que subsidiem a reflexão crítica no combate ético e político ao conservadorismo.

PALAVRAS-CHAVE

Ética. Direitos Humanos. Diretrizes Curriculares. Conservadorismo.

ABSTRACTS

This article is a collective production of the Work and Research Group (GTP) on Ethics, Human Rights and Social Service. It analyses how ethics and human rights mediations have been established to ensure the social direction of curricular guidelines in training and output within Social Work. It reflects on the current COVID-19 Pandemic, which has opened up a chaotic social framework determined by capitalist, racist and cisheteropatriarchal social relations, aggravated by the presence of the ultra-neoliberal extreme right within the federal government of Brazil and others around the world. It presents the impacts of this process on professional training, highlighting the challenges to the ethical-political perspective that guides this training. Finally, it systematises elements of the output of the field of ethics and human rights, based on the GTP reports, and seeks to provide tools that support critical reflection in the ethical and political fight against conservatism.

KEYWORDS

Ethics. Human Rights. Curriculum Guidelines. Conservatism.

INTRODUÇÃO

Pontuações sobre a pandemia de COVID-19 na periferia do capital, o caso do Brasil

No momento em que o GTP Ética, Direitos Humanos e Serviço Social da ABEPPS elabora sua contribuição para a reflexão sobre a interface dos temas estudados com a questão social, o país convive há quase dois anos com a pandemia¹ de COVID-19. Ainda que seja um agravo em saúde, não se pode pensar nenhum fenômeno na atualidade sem referência a citada pandemia, e, ao mesmo tempo, é impossível pensar a pandemia apenas por sua determinação biológica. Em outros termos: é impossível uma reflexão sobre a ética e os direitos humanos sem se referenciar a trágica experiência de se conviver com as características da pandemia atual e de como o capital se aproveita desse contexto para ativar mais ainda seus superlucros. Considerando que o avanço do conhecimento científico permite articulação entre os aspectos biológicos e sociais na explicação do quadro pandêmico, cabe questionar: por que abordar a pandemia numa reflexão ética?

Porque um agravo em saúde tem implicações que não são apenas orgânicas. Como indica o movimento sanitário brasileiro, saúde significa o acesso a bens e serviços produzidos coletivamente, mas que produto das relações sociais capitalistas são apropriados privadamente. Ter saúde significa, portanto, a importância do acesso aos direitos humanos e à liberdade. É

¹De acordo com a OMS pandemia se trata de uma "Disseminação de uma doença que alcança o mundo todo, isso ocorre quando há uma epidemia em uma região, mas que se espalha globalmente, atingindo todo o planeta".

nesta perspectiva que identificamos, dentre outros, três elementos, sobre o impacto da pandemia de COVID-19, relevantes para a reflexão que aqui pretendemos desenvolver:

O primeiro é que uma pandemia, como a de COVID-19, com alta taxa de transmissão, sem tratamento ainda cem por cento eficaz e que o contágio se dá pelo ar, implica a mudança de comportamentos, aliada a uma política pública eficaz. Logo, tem-se a necessidade do envolvimento do Estado no atendimento ao agravo em saúde, nas pesquisas sobre o tratamento e para a produção de vacinas, na realização de campanhas educativas e na garantia da política de vacinação.

E por parte da sociedade, é fundamental o engajamento para contribuir no enfrentamento e redução das implicações da pandemia na vida concreta dos indivíduos e coletividade. Nesse sentido, do ponto de vista ético, há uma importante reflexão sobre os direitos individuais e as escolhas que impactam na vida social além das individualidades, no que se refere aos cuidados de cada um/a, bem como a adesão à vacinação.

Uma estratégia bastante divulgada como fundamental foi, e ainda é, a necessidade do distanciamento social que, obviamente, tem implicações na sociabilidade humana, notadamente se considerarmos que os indivíduos se constituem a partir do trabalho, e da constituição da reprodução social dele decorrente na qual a sociabilidade é uma delas. Agrega-se a isso a particularidade da nossa latinidade, que associa a manifestação do afeto ao contato físico.

O medo do adoecimento é um fenômeno que interfere nas condições de vida, abrindo possibilidades de atingir negativamente a saúde, especialmente, a saúde mental. A realidade de viver com medo tem aumentado de forma intensa no contexto da pandemia. E para a diminuição do contágio exige-se a mudança a partir de uma série articulada de ações, que envolve o papel do Estado com política de vacinação e política educativa e um certo espraiamento na sociedade quanto às formas mais legitimadas de proteção: uso da máscara e distanciamento social, bem como a adesão à vacinação.

No entanto, para compreendermos todas essas questões, é preciso entender que as relações entre saúde, ética e direitos humanos e proteção à pandemia explicitam um quadro mais complexo, que é a apreensão crítica das relações sociais de classe, raça e cisheteropatriarcais de gênero/sexo que incidem na vida cotidiana.

O segundo elemento é que a realidade concreta e objetiva da população brasileira para a efetivação das medidas de proteção explicita a condição de maior exposição diante do vírus das camadas da classe trabalhadora, periféricas e da população negra. Tal condição, ignorada nas ações governamentais de combate à pandemia e na vacinação, explicitam uma política genocida facilmente constatada no quadro de mortes e contágios no Brasil².

Em dezembro de 2019 quando emergiu o novo coronavírus na China, ouvíamos orientações de que para evitar o contágio seria necessário lavar bem as mãos e fazer o uso constante de álcool gel. No caso de infecção seria necessário isolar o/a morador/a da casa na suíte. Com o acúmulo da cultura crítica do Serviço Social brasileiro, parte significativa da categoria profissional imediatamente questionou: mas quem no país tem direito a água encanada em abundância,

² Um importante estudo na cidade de São Paulo foi realizado pelo Instituto Pólis e pode ser acessado em: <https://polis.org.br/estudos/trabalho-territorio-e-covid-no-msp/>

quem poderá comprar álcool gel? Quem poderá disponibilizar quarto e banheiro para apenas uma pessoa? Enfim, países como o Brasil - com altíssimas taxas de desigualdade social e um quadro acentuado de violação da diversidade humana - teriam muitas dificuldades em garantir essas orientações. Embora com aparência de obviedade, esta questão tem um sentido sanitário e ético que merece reflexão crítica, pois se dissemina um discurso abstrato sobre as formas de prevenção, que não considera devidamente as condições de vida e de trabalho da população.

Por fim, como terceiro elemento, se não bastasse o sofrimento do distanciamento social e a dificuldade objetiva de grandes parcelas da população brasileira de se proteger e no caso do adoecimento se afastar das pessoas queridas com que moram, aqui no Brasil enfrentamos desde o início uma série de negativas do governo federal, que conforme dados suficientemente divulgados na mídia incidiu no aumento de mortes³.

O presidente da república, desde o início da pandemia de COVID-19, sempre desdenhou do seu enfrentamento. Diversos são os exemplos: acusou a mídia de ter superdimensionado o potencial do vírus; defendeu distanciamento social apenas para idosos e pessoas com comorbidade; disse que pessoas com perfil de atletas como ele não pegariam a doença; que a economia não poderia parar por causa de alguns; não usa máscaras e vetou a sua obrigatoriedade em repartições públicas; imitou ironicamente pessoas com falta de ar; promoveu aglomerações, como suas visitas relâmpagos a cidades nos arredores de Brasília e as motocicletas; tirou a máscara de uma criança em seu colo numa das manifestações; defendeu uso de medicamento comprovadamente ineficaz, comprando um estoque gigantesco do mesmo e não investiu em vacinas e muito menos num plano de vacinação em apoio aos estados e municípios⁴.

Em todas as ações - sejam concretamente na política (vide a ausência de ações efetivas), seja em falas do presidente ou de pessoas que compõem o seu governo - identificamos uma ação descomprometida com a saúde da maioria da população brasileira, que faz explícita opção pelo lucro em detrimento do atendimento das necessidades humanas.

Infelizmente, essa postura do governo encontrou respaldo na sociedade, demonstrando que o que se expressa na figura do Presidente, o ultrapassa demonstrando que se trata de uma perspectiva ideológica e política que ainda tem muita força socialmente. O debate das liberdades individuais na escolha de uso de máscara, vacinação e outros cuidados, demonstram fortemente a perspectiva neoliberal e conservadora articuladas e com espraiamento social. As ações e omissões desse governo, expressam ainda, com legitimação de parte da sociedade, uma evidente política genocida dos pobres, periféricos e pretos.

Enfim, a realidade mostra o quanto tem sido difícil viver na pandemia, o quanto é mais cruel num país com alta taxa de desigualdade e o quanto é desesperador quando se tem um governo negacionista com respaldo social. Mas, de onde vem esse negacionismo do governo e de tantos

³Aqui no Brasil, as ações de enfrentamento da pandemia começaram em 15 de março de 2021, por iniciativa de estados e prefeituras, com oposição do governo brasileiro. Isso começou mal, pois esse país tem o SUS - Sistema Único de Saúde, um sistema nacional, com experiência em campanhas educativas, orientações federalizadas, planos nacionais de imunização etc que foi plenamente ignorado. Desde então estamos lutando para sobreviver.

⁴Isso sem contar as denúncias da CPI da COVID-19 que começou a ter o seu relatório divulgado essa semana, no dia 18 de outubro com denúncias muito fortes como a cobrança de suborno de 1 dólar por dose.

apoiadores? Quais intencionalidades por trás de tantas ações e discursos regressivos no que concernem aos direitos da maioria da população, ou seja, a classe trabalhadora?

Governo Bolsonaro: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo

Bolsonaro e seu ministério já disseram a que veio esse governo. O Chicago Boy do governo brasileiro, Paulo Guedes, disse que acabou a era da filha de trabalhadora doméstica ir para Disney. O pastor, diretor de empresa do ensino e ministro da educação também: o Brasil tem muita Universidade. O ex-ministro do meio ambiente orientou ao governo para aproveitar que só se falava em Covid para ir alterando todo o marco regulatório de direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

Enfim, já no governo Temer, mas com grande monta no governo Bolsonaro, se inicia um novo momento do projeto neoliberal, o ultraneoliberalismo (Antunes, 2018; Bravo, Matos, Freire; 2020; Fiuza, 2020). Uma nova etapa e mais agressiva do projeto do capital, em que suas expressões podem ser identificadas nos exemplos que acabamos de citar.

Mas, aqui se agrega - ainda que não seja uma exclusividade brasileira, a exemplo de Órban na Hungria - características de um projeto neofascista. O fascismo surge na Europa entre 1920 e 1930, alcançando o poder primeiramente na Itália. O partido comunista ignorou o potencial do fascismo. Aliás, mais a frente, em 1924, depois de um breve período, a internacional comunista destrói a frente única contra o fascismo, ao igualar os riscos da socialdemocracia com o fascismo. Nessa experiência histórica, o fascismo conquistou espaço em decorrência da fragilidade da classe trabalhadora em enfrentar a crise e tomar o poder político.

Em geral, o fascismo chegou ao poder pelas eleições, mas uma vez eleito defendeu um regime totalitário, sem liberdades democráticas. Para isso, torna-se necessário a sustentação das frações de classes dominantes. E estas identificam no fascismo a possibilidade de frear a organização da classe trabalhadora. Assim, ainda que vindo à tona pelos braços da pequena burguesia, o fascismo é funcional aos interesses do grande capital.

As experiências fascistas indicam alguns pontos em comum: apelo à pequena burguesia; o discurso de defesa da nação acima dos interesses e das contradições das classes; posicionamento contrário a qualquer expressão da diversidade humana que caminhe em direção oposta ou que se diferencie ao padrão dominante definido; não se contenta com a repressão, sendo necessário a eliminação desse diferente, com recurso das forças armadas e milicianas (ARCARY, 2019; CALIL, 2019; POGGI, 2019; TABER; RIDELL, 2019).

O fascismo tem um componente racista, de expulsão de amplos segmentos do direito de existir, daí a eliminação do diferente. No governo de Bolsonaro ouvimos muitas falas de críticas à diversidade humana. O fascismo nos ensinou que não se trata apenas de uma opinião ou de um preconceito banal. Daí, ser preocupante o discurso de parte da esquerda de minimizar a seriedade das falas, a exemplo da ministra de que menino veste azul e menina rosa ou do presidente quando disse que o Brasil é um país de maricas. Ou ainda, de ações como o fim da demarcação de áreas quilombolas e indígenas. Aqui, está em cena - numa aliança ultraneoliberal - a disputa pelo fundo público, a partir da exclusão jurídico-normativa de amplos segmentos do acesso aos direitos.

Considera-se que o governo de Bolsonaro destaca falas e comportamentos neofascistas, entretanto, não está o país sob um governo fascista, vide a manutenção dos espaços formais democráticos. No entanto, faz-se importante estar, como diz a canção "atento/a e forte".

Destarte, podemos afirmar que o aprofundamento do projeto neoliberal no Brasil vem se dando sob a égide da extrema direita. Estes elementos que destacamos anteriormente, contudo, não são conjunturais, refletem na verdade a particularidade do capitalismo brasileiro. Ou seja, nossas leituras precisam mediatizar o debate do conservadorismo no Brasil com base na particularidade de sua formação social marcadamente não clássica, determinada pelo forte traço da colonização e pelo forte peso do escravismo (PRADO JÚNIOR, 1977) e, como estas determinações comparecem na atualidade reforçando nossos traços de dependência e acentuando o caráter autocrático e antipopular da nossa burguesia.

Nos termos de Fernandes (1977), a marca da nossa formação social é tanto a *heteronomia*, ou seja, a dificuldade de a burguesia efetivar a construção do projeto nacional, uma vez que o país está inserido na lógica do capitalismo internacional de forma subalterna quanto o fato de que a *democracia liberal* não se realiza revolucionariamente para o conjunto da sociedade, mas apenas para os interesses específicos da própria burguesia.

Neste sentido, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, candidato da extrema direita, é parte do mesmo processo que se inicia no golpe parlamentar, empresarial, jurídico e midiático, em 2016, qual seja: o processo de aprofundamento de um duríssimo ajuste fiscal. No curso desse projeto autocrático e altamente deletério para as/os trabalhadoras o mundo e o Brasil vivenciam uma pandemia por COVID-19 que na periferia do capitalismo acaba assumindo configurações ainda mais desiguais.

Como bem expresso nas análises de Oliveira, Souza e Sousa (2019) para responder aos interesses do capital financeiro e rentista é fundamental alijar os trabalhadores e movimentos sociais dos processos, efetivando assim a dilapidação dos seus direitos. Nestes termos, o governo Jair Bolsonaro vem garantindo a reprodução deste movimento.

O caldo cultural e social para sustentar este processo é dado pelo ressurgimento dos terraplanistas, da negação da ciência; explicitação e defesa de posições racistas, misóginas, cisheteropatriarcais. Tudo para destruir a frágil articulação em torno de parâmetros sociais e de civilidade construídos no país nos anos de 1980.

Este quadro torna-se dramático com o negacionismo acerca da gravidade da COVID-19, associado à defesa da seleção natural como resposta para a pandemia em 2020, criando a nosso ver duas ilusões com uma consequência. As ilusões de que 1) a pandemia é que gera a crise econômica e, que 2) os efeitos da pandemia, sobre determinados segmentos da população, não se referem a um projeto de classe e à adoção de uma política econômica. A consequência é a necessidade do discurso abstrato de que a pandemia atinge a todas as pessoas da mesma forma independente da sua classe social e de suas expressões da diversidade.

Como analisado por Sousa, Oliveira e Souza (2020), a pauta da austeridade 'custe o que custar' ainda mantém seu ritmo a despeito da conjuntura dramática. Esta tendência, marca radicalizada da determinação da nossa cultura autocrática, se reatualiza – na precarização dos meios de vida

e trabalho, na ausência de modos de subsistência de milhões dos/as brasileiros/brasileiras e nos números tristemente acumulados de mortes.

Assim, compreendemos que a disseminação de desvalores, de cunho fascista tem uma intencionalidade em curso. Por isso ressaltamos que não se trata de uma cortina de fumaça. Afinal, muitos sofrem com essa discriminação, pois, é um avanço na agenda econômica ultraneoliberal com pautas ultraneoliberalistas (BORGES; MATOS, 2020). A pandemia escancarou esse processo. Todas as ações de desprezo pela vida evidenciam este grave momento histórico.

A atualidade das Diretrizes Curriculares da ABEPSS no tempo presente

Neste cenário, a educação também sofre grandes ataques. O caráter reacionário e antirrevolucionário deste governo recicla o anticomunismo como inimigo e o chamado “marxismo cultural” atualizando-se no dizer de Leher (2021) a estratégia *olavista* da guerra cultural. Por isso, para a política de educação confluem dois interesses: o aprofundamento do neoliberalismo e a necessidade de sedimentar uma educação destituída do seu caráter crítico, baseada numa perspectiva conservadora.

Em outros termos, para garantir⁵ as bases culturais do projeto em curso no país supõem-se o silenciamento das instituições públicas autônomas, comprometidas com a ética na produção do conhecimento, dedicadas à produção de conhecimento original e baseado na ciência, a exemplo das universidades públicas, algumas privadas e, os institutos de pesquisa. Como uma das ações neste silenciamento, vemos os vários cortes às verbas das Universidades Federais e do financiamento à pesquisa no país.

Nesta suposta “guerra cultural” a utilização inicial do ensino remoto emergencial como alternativa possível no universo da pandemia para garantir isolamento sem parar as atividades educacionais, abriu investimentos e argumentações para a defesa do ensino híbrido a nosso ver como ofuscamento para a generalização do ensino à distância como alternativa para a formação no país. Já em 2019, a Portaria nº 2.117 (BRASIL, 2019) abriu a possibilidade para que os cursos presenciais pudessem ofertar até 40% da carga horária à distância, contudo, quer nos parecer que com a utilização do ensino remoto emergencial na pandemia reatualiza-se com extrema força, sob o mote do “novo normal”, o ensino à distância como projeto de formação no país.

Sem dúvidas, esse quadro em suas determinações ídeo-políticas e objetivo-concretas impacta, tensiona e traz problematizações para uma formação crítica e humanista, tal como a expressa na Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996; ao mesmo tempo, a nosso ver, esta mesma conjuntura reatualiza as Diretrizes como referência de resistência, acúmulos e direcionamento a seguir desde a própria concepção de formação/educação propostos, bem como, em seus princípios, diretrizes, metas e estrutura. Como bem destacam Sousa, Santos e

⁵Exemplar na busca de realizar essa “missão” são sem dúvida as nomeações de ministros para o Ministério da Educação – MEC. São ministros “ideológicos”, cuja movimentação em nada tem de volátil ou “atrapalhada”, pois se evidencia a importância estratégica de encontrar o representante cuja movimentação dentro dos parâmetros de interesse do governo possam chegar no ponto ótimo aceitável capaz de implementar as medidas da “guerra cultural” sem causar alardes na comunidade acadêmica. É dessa forma, que depois de muitas polêmicas e várias alterações e, depois de quase um mês sem um ministro da Educação, o professor e pastor da Igreja Presbiteriana Milton Ribeiro foi nomeado no dia 10 de julho de 2020, pelo presidente da república, para assumir o cargo.

Cardoso (2013), trata-se de uma formação que não diz respeito a um caráter apenas informativo, mas também formativo

[...] desta formação no que diz respeito não só ao acesso às diferentes informações, mas, e, em especial, ao processo de formação não só de um profissional, mas de um sujeito social que terá na graduação a possibilidade de ver e rever seus valores e práticas, suas posturas na relação com o outro, mas, sobretudo superar, dentre outras questões, entendimento formulado no senso comum do Serviço Social, da sociedade, do papel do Estado, das necessidades sociais e dos interesses dos indivíduos (SOUSA; SANTOS; CARDOSO, 2013, p.49).

Neste sentido, a formação profissional pensada a partir da concepção que atravessa as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, deve alimentar sistematicamente, reflexões no que se refere ao sentido da formação de assistentes sociais, considerando criticamente as disputas de projetos de sociedade que se atualizam no universo ideológico e cultural dos segmentos dominantes e que impactam na ruptura com valores democráticos e civilizatórios. A consequência mais imediata é o massivo esvaziamento das capacidades críticas e da problematização em torno da intervenção profissional, que seja ela mesma capaz de referenciar o sentido da formação profissional articulado nas Diretrizes.

Como já analisava Iamamoto em 2009,

[...] a massificação e a perda de qualidade da formação universitária *estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às ‘normas do mercado’*, redundando em um processo de *despolitização da categoria*, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária (IAMAMOTO, 2009, p. 42 grifo da autora).

Nestes termos, compreendemos que o atual quadro de “guerra cultural” reatualiza as Diretrizes e referencia sua resistência frente ao mesmo, uma vez que a leitura crítica, por meio do pensamento de Marx e da tradição marxista, é um dos eixos estruturantes do projeto de formação profissional que sustenta o projeto ético-político da profissão. Este eixo estruturante está na contramão dos interesses dos segmentos dominantes, para os quais, trata-se de eliminar, banir e rechaçar toda a capacidade crítica e flexiva do processo de formação e isso já repercute no Serviço Social como bem expresso por Mota e Pacheco,

O retorno à afirmação de um Serviço Social anti-intelectual, grosseiramente pragmático vem significando no âmbito da pesquisa e da produção do conhecimento uma suposta oposição entre os aportes da teoria marxista e os requerimentos da intervenção profissional, assentada no esquecimento ou desconhecimento do quanto o exercício profissional se referencia em categorias teóricas para compreender os macroprocessos sociais (MOTA; RODRIGUES, 2020, p.206).

Assim, repercutem na formação e na intervenção profissional a partir da intensificação da precarização das condições de vida e de trabalho, discursos da profissão pensada em si e cuja referencialidade em aportes teóricos-metodológicos está voltado exclusivamente para a execução prática das atividades profissionais.

O discurso que fundamenta a formação por competência pode encontrar na cultura profissional do Serviço Social uma ambientação favorável à sua difusão em decorrência

de seus vínculos com a empiria e certa mitificação da ‘prática profissional’. Considerando a dimensão teórico-prática da profissão, é fácil associar as competências específicas por ela requeridas à integração entre o *saber*, o *saber-fazer* e o *saber ser*. Acompanha-as a valorização das experiências vividas e da própria subjetividade no exercício cotidiano. Pode-se resvalar no perfil conservador das ‘tecnologias sociais voltadas ao desenvolvimento’, em detrimento de uma formação acadêmica de maior solidez, discurso este favorável aos reclamos do ‘mercado’ num contexto de crise (IAMAMOTO, 2014, p. 627 grifo da autora).

Neste sentido, todo o processo que vivemos socialmente, tal qual descrito anteriormente, a nosso ver, também repercute no seio da categoria: o pensamento conservador nunca esteve extinto e passa a se expressar mais fortemente neste momento, sentindo-se legitimado socialmente.

Logo, disputas como essas acabam por negar os acúmulos e avanços profissionais construídos nas últimas décadas na profissão e têm uma consequência deletéria no sentido de também colocar em xeque os valores e a defesa da diversidade humana tão cara ao projeto profissional e que se expressam na formação profissional na compreensão ontologicamente fundada do campo dos valores e, nos limites postos a sua plena realização na particularidade da sociabilidade burguesa.

A nosso ver, as particularidades dessa conjuntura ultraneoliberal e ultraneoconservadora não podem ser encaradas pela categoria profissional como uma derrota das diretrizes curriculares e da direção social do projeto ético-político profissional. As diretrizes curriculares têm contribuído na socialização da formação de novas gerações de assistentes sociais com capacidade de análise da realidade fundada na totalidade social, no entendimento quanto à necessidade de apreender as contradições postas na realidade e o conjunto de mediações que possibilitam reproduzir os fenômenos em suas determinações históricas. Isto significa que mesmo sob o solo de uma estrutura/conjuntura devastadora como tem sido a sociedade capitalista em seu momento contemporâneo, estamos construindo de forma coletiva desde o final da década de 1970 e, especialmente a partir das diretrizes curriculares, ferramentas de caráter estratégico e fundamental para que a formação profissional em Serviço Social esteja apta a desvelar essa realidade, para também lançar elementos para a compreensão dos impactos desta conjuntura sobre o exercício profissional. E, no que aqui nos compete isso significa o caráter estratégico que a reflexão no campo da ética e dos direitos humanos assume, não apenas nessa conjuntura, mas na defesa de formação humanista histórico-concreta voltada a não somente a informar, mas formar.

A reflexão no campo da ética e dos direitos humanos possibilita costurar na formação a permanente autocrítica dos comportamentos e pensamentos reprodutores da alienação moral que vem se expressando na barbarização e desconhecimento de nossa genericidade.

A reflexão e o agir ético-político na defesa dos direitos humanos: a contribuição do Serviço Social

Até aqui tratamos que a pandemia da COVID-19, ainda que tenha aprofundado a desigualdade social no país, não é a responsável pela crise do capital e nem pelo avanço de projetos extremamente conservadores, mas exatamente o seu contrário. Conforme viemos analisando a emergência de um projeto extremamente conservador estava em curso e deu sustentação a

diversas manifestações, das quais a mais explícita foram os votos na proposta de governo de Bolsonaro.

A pandemia também, conforme diversos dados divulgados na mídia, ampliou a renda dos mais ricos e, na medida inversa, alargou a condição de pobreza social. Nessa direção é que a pandemia tem sido bastante útil para o avanço do projeto do capital, que se alimenta do discurso da crise e amplia sua agenda a exemplo do rebaixamento da qualidade do ensino, como tratado anteriormente. Mas, se por um lado a conjuntura apontava as questões das ofensivas do capital, cabe registrar que há resistências e ações contrárias a perspectiva que visa enfrentar a questão social com mais repressão e conservadorismo.

Sem a pretensão de desenvolvermos um resgate histórico sobre a relação entre ética, direitos humanos e Serviço Social aqui, mas de acordo com a ênfase do nosso GTP⁶, socializaremos aspectos que integram a trajetória de acúmulos teórico-políticos pertinentes à análise crítica dessa realidade a partir da problematização da ética e dos direitos humanos realizada pelo Serviço Social brasileiro.

A partir disso trabalharemos com os últimos relatórios disponíveis das sessões sobre ética e direitos humanos dos nossos dois maiores congressos da área de Serviço Social. Um é o relatório de gestão 2017-2018 do GTP Ética, Direitos Humanos e Serviço Social que desenvolve uma análise comparativa entre as comunicações apresentadas nos Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) de 2014⁷, 2016 e 2018⁸ e o outro é o relatório da sessão temática do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 2016⁹. Cabe lembrar que nossa guia na leitura desse material é identificar que referência se faz ao conservadorismo, uma vez que o compreendemos como uma das respostas fetichizadas do capital às expressões da questão social.

Entendemos que a síntese a seguir, pode contribuir na defesa do projeto profissional e de formação, subsidiando nosso entendimento sobre a produção do Serviço Social brasileiro acerca da ética e dos direitos humanos, apontando desafios e nos dando ferramentas para avançarmos no combate ao conservadorismo na profissão e na sociedade.

⁶O GTP ética, direitos humanos e Serviço Social possui a seguinte ementa: "Investigação dos fundamentos ontológicos das objetivações ético morais do ser social: determinações, natureza, modos de ser e contradições na vida cotidiana e na práxis sócio-histórica. Abordagem sócio-histórica da ética profissional: referências filosóficas, ethos profissional, particularidades, contradições, conflitos e implicações políticas, na formação e no exercício profissional. A ética na pesquisa em Serviço Social: peculiaridades e enfrentamentos. Estudo dos fundamentos sócio-históricos dos Direitos Humanos: sua gênese e configuração na sociedade moderna; seu desenvolvimento na sociedade contemporânea, no interior das lutas sociais entre classes e projetos políticos. Investigação das diferentes manifestações e práticas sociais orientadas por valores ético-políticos emancipatórios e pela defesa dos Direitos Humanos no interior da sociedade capitalista e do Serviço Social, em face da formação e do exercício profissional, visando identificar os seus limites e as suas possibilidades de realização. Investigação das diferentes formas de opressão e de violação dos direitos humanos, evidenciando os sujeitos e seu processo de resistência: reivindicações, estratégias de luta, conquistas e práticas cotidianas".

⁷O relatório foi elaborado pela coordenação do GTP – gestão ABEPSS 2013/2014 composta pelas professoras Cristina Brites; Maria Elizabeth S. Borges e Silvana Mara de Moraes dos Santos.

⁸O relatório foi elaborado pela professora Adrianycy Angélica Silva de Sousa, integrante da coordenação do GTP ética, direitos humanos e Serviço Social da ABEPSS, gestão 2017/2018.

⁹O relatório foi elaborado pela professora Maria Elizabeth S. Borges que foi assessora temática da Sessão ética e direitos humanos do CBAS de 2016.

Antes da exposição, consideramos importante realizar algumas pontuações. A primeira é localizar na história que a existência de uma sessão temática para apresentação de trabalhos sobre ética tem sua origem recente, no CBAS de 1992, realizado em São Paulo, no contexto do processo de revisão do código aprovado em 1993. A permanência das sessões temáticas (incorporando o debate sobre os direitos humanos) e a criação do GTP em 2010, é expressão do avanço de segmentos expressivos da categoria que superou a concepção abstrata de ética vigente no Serviço Social tradicional e nos códigos de ética profissional de 1947, 1965 e 1975, os quais compreendiam a ética nos limites da normatização moral do trabalho profissional.

A segunda é que tanto no CBAS, como nos ENPESS, os temas abordados são muitos, referentes aos diferentes espaços sócio-ocupacionais donde trabalham os/as assistentes sociais. Isso também é expressão de um avanço, onde a ética vem sendo compreendida como materialização das ações profissionais além de um debate vinculado ao ensino da ética.

A terceira é que são identificadas nas comunicações a referência a fundamentações teóricas pautadas na tradição marxista, indicando uma apropriação da perspectiva de ética e de direitos humanos no rastro das reflexões do projeto ético-político do Serviço Social. No entanto, também existem discussões com categorias antagônicas, havendo recorrência a autores de outras perspectivas teóricas. Mas, pela leitura dos relatórios é possível afirmar que a maioria das comunicações referenciam autores e autoras que tratam a ética e os direitos humanos a partir da tradição marxista.

Os trabalhos aprovados para apresentação no ENPESS são agrupados em duas (grandes) ênfases: ética e direitos humanos. No que se refere ao conservadorismo, são estabelecidos os seguintes desafios na ênfase em ética:

- Superação do conservadorismo; tomar o código de ética numa dimensão não prescritiva; considerando a vigência de políticas públicas seletivas, moralistas e punitivas, superar práticas moralistas (ENPESS de 2014);
- Mediação entre o cotidiano profissional e as requisições institucionais; os debates efetivados (ex: Políticas Sociais etc.), e suas condicionalidades, não pode ser apartado da crítica da economia política (ENPESS de 2016)
- Aprofundar as mediações do debate da ética no exercício profissional; apreensão de forma crítica das políticas; aprofundar as reflexões sobre o conservadorismo e expressão no cotidiano profissional (ENPESS de 2018).

Na ênfase direitos humanos os desafios identificados são:

- Apreensão das mediações objetivas existentes entre os valores e princípios defendidos eticamente; análise de totalidade sobre as problemáticas das violações dos direitos humanos na sociabilidade capitalista; identificação das forças sociais e políticas em disputa nos espaços sócio ocupacionais e das possibilidades de fortalecimento das que se colocam na defesa crítica dos valores e princípios éticos (ENPESS de 2014);
- O debate sobre os direitos humanos e a articulação com o trabalho profissional nas instituições públicas e privadas; fundamentos críticos do papel dos direitos humanos na ordem capitalista burguesa (e o desafio da ausência destes);

conceituação sobre os direitos humanos no Serviço Social brasileiro (ENPESS de 2016);

- Conceituação sobre Direitos Humanos e sua realização na sociabilidade capitalista; retorno ao debate dos fundamentos nas análises acerca dos direitos humanos superando o recurso às legislações como única forma de definir os Direitos Humanos (ENPESS de 2018).

No CBAS de 2016, foram identificados uma série de desafios para a formação e o trabalho profissional, no enfrentamento ao conservadorismo, dos quais destacamos:

-Assegurar formação qualificada que permita desvelar e analisar as questões da ordem social burguesa, com vistas à construção de uma nova ordem societária, através da mediação do exercício profissional;

-Materialização do Projeto ético-político, considerando a conjuntura institucional, política e social;

- Construir estratégias para enfrentamento do mercado de trabalho que requisita profissionais polivalentes, tecnicistas, para compor equipes em que todos executam a mesma tarefa;

- Construir estratégias para enfrentar o moralismo imposto pelo conservadorismo, em práticas fundadas em juízos de valores da moralidade propagada pelo senso comum, requeridas pelos formatos atuais de políticas sociais;

Podemos observar que há uma persistente reflexão sobre o rebatimento do trabalho nas políticas sociais de corte neoliberal e o quanto esta requisita aos profissionais uma atuação no controle da população usuária. Tal questão tem sido permanentemente identificada nos trabalhos apresentados.

Conforme indica Raichelis (2018), as políticas sociais conformam uma mediação fundamental para o trabalho de Assistentes Sociais. Assim, as estratégias do neoliberalismo – à exemplo da redução do Estado na arena do social com a implementação de políticas sociais focalizadas, reducionistas e monetarizadas - vão impactar diretamente no acesso de frações da classe trabalhadora às políticas públicas e, conseqüentemente, no trabalho de Assistentes Sociais, que possuem o compromisso ético-político, inclusive inscrito em seu Código de Ética, de ampliação do acesso da população usuária aos serviços disponíveis na instituição. Agregada a redução das políticas sociais públicas vem uma requisição, dos empregadores e do regramento das políticas sociais, da adoção de práticas conservadoras que busquem inculcar na população, com quem interagem os/as assistentes sociais, a realidade da desigualdade social, naturalizando a falta de serviços das políticas sociais e os desvalores que os culpabilizem pela realidade vivida.

A questão anteriormente referida, aparece nitidamente nas reflexões sobre a ética e os direitos humanos nos espaços de debate da categoria de assistentes sociais. Ou seja, mais uma vez se identifica que para o avanço do capital, é necessário a redução do Estado na arena do social aliado a uma ação ideológica de aceitação dessa perspectiva, que passa por alavancar desvalores

conservadores favoráveis à naturalização da desigualdade social. Na atualidade, o capital avança para mais uma etapa do seu projeto por meio do ultraneoliberalismo, para isso é necessário, também, a sustentação ideológica, dentre outras formas, com o espraiamento de mais conservadorismo. Um e outro fazem parte do mesmo projeto.

Por isso, no ambiente da cultura crítica do Serviço Social brasileiro temos construído a importância da resistência, da ação política e reflexiva do agir ético-político, desafios que têm conduzido segmentos do coletivo profissional à construção de parcerias estratégicas com outros sujeitos que entendem que a liberdade deve ser a essência de uma nova sociabilidade humana e diversa.

Conclusão: Ética e Direitos Humanos - uma mediação necessária para o fortalecimento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Diante de um contexto sócio-histórico tão regressivo e reacionário, bastante agravado com a pandemia COVID-19 como assinalamos anteriormente, é fundamental a reafirmação das diretrizes curriculares como ferramenta que orienta a direção social da formação profissional em Serviço Social no Brasil.

Importante destacarmos, em forma de síntese, que as concepções de ética e direitos humanos ganharam especial aprofundamento no Serviço Social com a apropriação do pensamento de Marx e Lukács, notadamente com os fundamentos ontológicos que, além de muitas outras possibilidades, contribuiu para o entendimento das contradições e das relações de determinação entre esses complexos e a totalidade da vida social.

[...] os estudos de Lukács e do próprio Marx possibilitaram a reflexão ontológico-histórica sobre a função social do direito na sociedade capitalista, evidenciando a necessidade histórica, os limites e as contradições desse complexo social. Desse modo, por um lado descortina o caráter ilusório e ideológico que pode assumir a defesa dos direitos humanos e, por outro, permite extrair, dos processos reais, as contradições que norteiam as ações de caráter político de resistência mais amplo e aquelas que se desenvolvem no âmbito das diferentes profissões no enfrentamento das violações no momento histórico em que ocorrem (RAMOS; SANTOS, 2018, p.229).

Compartilhamos, assim, o entendimento de que o documento - diretrizes curriculares – foi na verdade um processo de elaboração coletiva, que movimentou docentes, discentes e assistentes sociais supervisoras de estágio, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e que tem nos inspirado, de forma contínua, ao aprofundamento de temáticas que possibilitem o conhecimento da realidade. Reafirmamos, assim, uma concepção de projeto coletivo que articula formação e trabalho profissional, sem desconsiderar particularidades de cada instância e a relação orgânica de direção política exercida pelas entidades representativas do Serviço Social (ABEPSS-CFESS-CRESS e em termos estudantil, a ENESSO).

Trata-se de reconhecer, também, que todo o processo de elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos e das propostas curriculares que derivam das diretrizes, são construídos por um leque amplo de mediações e particularidades regionais, na dinâmica das relações sociais do mundo capitalista e dos projetos de classe em disputa. Explicita-se, assim, a questão política presente nas diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social. Não se trata de uma proposta asséptica,

mas de uma crítica contundente a deletéria a pseudo ideia quanto à existência da neutralidade curricular.

Ao contrário de neutralidade, busca-se no ambiente da formação profissional, objetividade na apreensão e análise dos fenômenos. A direção social é construída em diálogo e, ao mesmo tempo, com autonomia, frente ao legado da cultura de esquerda e de outras profissões da área das Ciências Humanas e Sociais. Assim, as diretrizes curriculares se consolidam de forma situada e posicionada historicamente em favor de uma formação profissional que prioriza o acesso aos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que possibilitam apreender a vida social; as particularidades da realidade brasileira e do trabalho profissional, com atenção aos interesses e direitos da classe trabalhadora em sua heterogeneidade e diversidade. Capitalismo, racismo e cisheropatriarcado estão imbricados constituindo o chão histórico em que a ética e os direitos humanos são pensados como campo de mediação e de luta necessário para decifrar o modo de ser, viver e se expressar da classe trabalhadora, notadamente os segmentos mais pauperizados que constituem a população usuária do Serviço Social.

A direção social do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil e, em particular, das próprias diretrizes curriculares é construção histórica, síntese da contribuição de diferentes gerações de assistentes sociais e, ao mesmo tempo, mantê-la se faz desafio no perturbador momento histórico de crise estrutural do capital, que unifica pandemia, desemprego, destruição socioambiental, intensa exploração da força de trabalho e violação da diversidade humana.

Mais uma vez, o sujeito coletivo profissional, que se forjou e se formou a partir do processo de renovação do Serviço Social, enfrenta os embates e dilemas quanto ao desafio de desenvolver estratégias para a superação de uma concepção abstrata, a-histórica e conservadora de ética e direitos humanos, que com novas roupagens e determinações, comparecem no tempo presente, com forte ênfase e direção voltada à moralização da questão social, à intensificação do pragmatismo e à reprodução do racismo e da intensa tendência à naturalização da violência e da violação dos direitos humanos e da diversidade humana. Mantermo-nos vivos/os em meio à Pandemia nos coloca a grande responsabilidade de resistirmos a esse processo. Essa, sem dúvida, é nossa tarefa histórica!

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARCARY, V. Bolsonaro é ou não um fascista? In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Orgs.) **O neofascismo no poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 101-115.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 71-87. Disponível em: https://56e818b2-2coc-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 71-87. Disponível em: https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-c162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 2.117, de 6 dez. 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CALIL, G. Gramsci e o fascismo. In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Orgs.). **O neofascismo no poder (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 47-67.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FIUZA, J. O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos. **Esquerda online**, [S.l.], 25 jun. 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: SERVIÇO Social: direitos e competências profissionais. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS. 2009.

LEHER, R. Universidade pública federal brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021. Epub.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. P. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Katalysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago., 2020.

OLIVEIRA, A. C.; SOUZA, G.; SOARES, M. Capitalismo dependente brasileiro: retrocessos sociais e avanço do conservadorismo reacionário em tempos de crise. In: Ramos, A. et al. (Orgs.). **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

RAMOS, S. R.; SANTOS, S. M. M. Projeto Profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, M. L. O. (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

POGGI, T. Fascismo à brasileira. *In*: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (Orgs.). **O neofascismo no poder (Ano I)**: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 69-99.

RAICHELIS, R. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In*: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

SOUSA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. C. O. de. SOUZA, G. Pandemia e Conservadorismo no Brasil: fundamentos e conjuntura recente *In*: SILVA, L. B.; DANTAS, A. V. **Crise e Pandemia**: quando a exceção é a regra geral, Rio de Janeiro, ESPJV. 2020 ISBN: 978-65-990319-4-6. (p.35-56).

SOUSA, A. S. de; SANTOS, S. M. M. dos; CARDOSO, P. Ética e Serviço Social: um itinerante caminhar. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 25, p. 33-61, jan./jun. 2013.

TABER, M.; RIDELL, J. Introdução. *In*: ZETKIN, C. **Como nasce e morre o fascismo**. Tradução de Eli Moraes. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. p. 13-31.